POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO

CÁTIA CIRQUEIRA DE FRANÇA CORREIA

RESUMO

Com a Constituição Federal 1988, constituída no processo de mobilização popular e humanitária, surgiram mudanças nas áreas do conhecimento quanto ao cuidado da criança e do adolescente, portanto nos sistemas de proteção e de justiça Infanto-juvenil cada vez mais vem se aprimorando quanto à proteção das crianças, e em sala de aula não é diferente, o professor deve sempre estar atento a qualquer princípio de comportamento diferenciado para que ele seja protegido de um possível abuso. E quando se trata da tutela em relação à criança adolescente, no Artigo 227 da Constituição Federal a mesma afirma que é direito e dever do Estado, da Família e da Sociedade. Definindo a tutela da infância como um dever de todos. Portanto cabe ao Estado, prover, manter os recursos. A família, a responsabilidade sob a guarda visando à harmonia e direitos da criança e do adolescente. E a sociedade acompanhar o andamento da política pública orientada pelo Estado.

Palavras-chave: Abuso; neuro psicopedagogo, Criança.

INTRODUÇÃO

A constituição brasileira (BRASIL, 1988), destaca-se pela priorização da Defesa dos Direitos Humanos que podemos perceber pelo extenso rol de direitos fundamentais inseridos na Carta, onde estão incluídos os direitos civis, políticos e sociais.

A ausência dessas políticas sociais para atender a demanda leva a uma via judicial, o único caminho a efetivar os direitos fundamentais, pois crianças e adolescentes tem o direito a uma família, e esse vínculo deve ser assegurado pela sociedade e pelo Estado, no caso de uma ruptura faz-se necessário, programas, projetos e estratégias que possam ter um reordenamento para a constituição de um novo vinculo familiar, levando em conta responsabilidade de proteção do estado, caso os seus direitos sejam colocados em risco até completar a fase adulta.

Trata-se da socialização, o lazer efetivamente são as atividades que integram mais a criança ao meio social, representando um elemento essencial na fase de desenvolvimento do ser humano. As atividades lúdicas integram e refletem no amadurecimento da criança e do adolescente.

O NEUROPSICOPEDAGOGO LIDANDO COM O ABUSO INFANTIL

Benetti (2005) trata o abuso sexual contra crianças e adolescentes, definidos como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual que essa não compreende totalmente, para a qual é incapaz de dar consentimento, ou não está preparada devido ao estágio de desenvolvimento. Para compreender o que é tomado como violência, em especial a violência direcionada para a criança, é importante problematizar o próprio conceito de infância.

De acordo com Brasil (2011), o abuso sexual viola as leis ou tabus da sociedade e se expressa em qualquer atividade entre uma criança e um adulto ou outra criança que, pela idade ou estágio do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Para garantir o atendimento adequado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência se faz necessário compreender os conceitos de violência, como ela acontece, quais as consequências, os tipos de intervenção, como intervir e os pressupostos éticos a serem abordados na hora do atendimento.

Seguindo na mesma linha de raciocínio Gonçalves (2005) ressalta que a atividade sexual é destinada para gratificação ou satisfação das necessidades desta outra pessoa. Isto pode incluir, mas não se limita a indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade sexual, a exploração de uma criança em sexo comercial ou outra prática sexual ilegal, o uso de crianças em performances ou materiais pornográficos. Nos casos extremos em que os profissionais corram grandes riscos, como no caso em que o agressor é chefe do tráfico, esta notificação pode ser feita pelo Disque 100 (Disque Denúncia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes). É muito importante que os profissionais saibam escutar, dar apoio e fazer um bom atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência e conheçam o fluxo de atendimento intersetorial do seu município.

De acordo com Benetti (2005), o direito ao respeito é a inviolabilidade da integridade física, moral e emocional da criança e do adolescente, pois coisificação dos mesmos desencadeiam atos de violência que podem ser físicas e morais. Portanto respeitar a criança significa entende-la em sua privacidade.

Por isso quando se trata sobre respeito entendemos como direito de proteger contra qualquer violência a seu corpo. Este direito está intrínseco à condição de ser humano e a integridade física que nos liga ao direito à vida, e o professor deve estar sempre atento a qualquer sinal diferenciado demonstrado pelo aluno em sala de aula.

De acordo com Brasil (2011), deixa claro que a ausência da família atrasa o desenvolvimento da criança e do adolescente, porque a mesma é o primeiro contato social que tem. E, portanto, direito de toda criança ter uma família biológica ou substituta, que a estruture.

Seguindo na mesma linha de raciocínio Gonçalves (2005) ressalta que então cabe ao Município exercer suas responsabilidades e assistir a família em seus serviços básicos, atendendo a cada um dos membros da família dentro da comunidade que possam exercer sua cidadania.

Entretanto, o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) é a psicopatologia mais citada como decorrente do abuso sexual e é estimado que 50% das crianças que foram vítimas desta forma de violência desenvolvem sintomas, sendo assim todo o histórico de abuso deve ser mantido em sigilo. É essencial respeitar a privacidade da criança. Além disso, o professor deve trabalhar a solidariedade, o respeito mútuo, compreender o tempo interno dessa criança e fazer com que ela não seja discriminada nem isolada, sendo capaz de continuar na escola e interagir normalmente com as outras crianças, e as alterações cognitivas incluem: baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, tais como percepção de que é culpada pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação. O encaminhamento é feito no prazo de 24 horas e é mantido o sigilo da identidade do denunciante.

Gonçalves (2005) ressalta que alguns sinais de alerta para o Abuso sexual contra crianças e adolescentes: •Agir de maneira sexual inadequada com brinquedos, objetos, outras crianças e adultos; •Demonstrar conhecimento sexual e usar linguagem sexual de maneira explícita não observada anteriormente; •Ter pesadelos ou problemas de sono; •Apresentar mudanças de personalidade; •Manifestar regressão a comportamentos de quando era mais nova, como enurese; •Sentir medos inexplicáveis de determinados lugares ou pessoas; •Tornar-se agressiva, deprimida, alheia ou reservada; Os indicadores físicos que encontramos nas vítimas de violência psicológica são distúrbios no sono; dificuldade para falar; comportamentos imaturos; urina na cama; falta de apetite e outros problemas de saúde como obesidade, alergias, etc. A ansiedade e esquiva são trabalhadas com exposição gradual e dessensibilizarão sistemática, inoculação de estresse, treino de relaxamento e interrupção e substituição de pensamentos perturbadores por outros que recuperem o controle das emoções. Sintomas de depressão são trabalhados com treino de habilidades de coping e reestruturação de cognições distorcidas.

Portanto, de acordo com Benetti (2005), a prostituição é considerada uma forma de trabalho para os adultos. No entanto, dentro da perspectiva de defesa dos direitos humanos e levando-se em conta que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, e a sociedade tem o dever de protegê-los, o termo adequado nestes casos é “exploração sexual”. Portanto, a criança e ao adolescente não se prostituem, sim, são explorados sexualmente.

DESENVOLVIMENTO

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇAS ESPECIAIS

A inclusão da criança com deficiência é um problema de bastante relevância, e deve ser tratado com a gravidade que ele representa, tendo em vista que na maioria das vezes a escola não está preparada adequadamente para receber tais alunos e acabam tratando os alunos com necessidades especiais como um peso para a escola, além de torná-los incapacitados cerceando as oportunidades e dificultando o aprendizado, ainda mais quando percebem que são tratados de forma discriminada.

Interpretar o contexto histórico do processo de inclusão; conhecer as políticas públicas da Educação Especial; Apontar a importância da formação de profissionais da educação e qualificação da escola para trabalhar com as pessoas especiais; analisar a forma real de inclusão nas escolas.

Entrevistar pais que vivenciam a inclusão. A criança necessita experimentar, vivenciar e brincar para adquirir conhecimentos que futuramente lhe ajudará a desenvolver de maneira mais eficiente um aprendizado formal.

Através das brincadeiras a criança acaba explorando o mundo a sua volta livremente, pois é a partir daí que ela constrói seu aprendizado, e é nesse espaço que a criança acaba criando um mundo de fantasias e manifesta seus sentimentos, se sentindo cada vez mais segura para interagir. Toda teoria necessita, primeiro, de uma conceituação.

Esse tema foi escolhido por que há muito tempo discute-se a questão da Inclusão e seu processo de desenvolvimento na Educação Infantil, e sua finalidade no universo lúdico, até onde esse contexto influencia o desenvolvimento psicomotor da criança.

Outra importante contribuição é o que Pires et al (2009, p. 561) trazem sobre a temática. Para estes autores, há de se buscar as seguintes ideias de outros pensadores: Em Platão, vê-se um ambiente propício para pensá-la pelo viés da reflexão não propriamente da arte, mas do belo, das ideias e do ideal. Na Estética de Hegel ela aparece como fenômeno ligado à história e ao sintoma da vida contínua, obstinada, do espírito, indicando aí

o seu desenvolvimento. Nietzsche, acerca do Nascimento da Tragédia, a enxerga como potência da própria vida, entrelaçada pelo delírio dionisíaco e pela beleza apolínea, eivada de embriaguez da alma.

Aristóteles nos fala da arte da mimesis, em sentido de metáfora da vida, com finalidades do prazer e do deleite estético. Em busca de alguns paradoxos fundadores da arte. Kant propõe quatro momentos do julgamento estético, quais sejam: a satisfação desinteressada, a subjetividade universal, a finalidade sem fim e a necessidade livre. Contudo, ainda sobre esta questão, o principal problema na definição do que é arte é o fato de que esta definição varia com o tempo e de acordo com as várias culturas humanas.

A educação é um processo tipicamente humano, que possui a especificidade de formar cidadãos por meio de conteúdos "não materiais", que são ideias, teorias e valores, conteúdos que vão de usufruir decisivamente na vida de cada um, a questão da educação é responsável por garantir a qualidade educacional, e os gestores são os responsáveis por isso, com comprometimento do domínio dos conteúdos curriculares, que habilitem no mundo da educação e da sabedoria de viver em sociedade respeitando as diferenças, num mundo mais justo para todos. Assim se formou a educação especial.

A Pluralidade faz surgir um país feito a muitas mãos, aonde todos juntos, vindo de tradições diversas, com distintas formas de arrumar o mundo, com inúmeras concepções do belo, conseguem criar uma comunidade plena da consciência da importância da participação de cada um na construção do bem comum. Todos podem ser diferentes, mas são absolutamente necessários.

Só com esta união na diversidade se constrói um mundo novo. Neste curso apresentamos reflexões sobre a educação inclusiva, especialmente aspectos relacionados à escola para todos, questões conceituais, a inclusão, a escola inclusiva e a sociedade inclusiva, priorizando, no entanto: Pluralidade cultural, diversidade, diferença: questões étnico-raciais e questões de gênero e a educação inclusiva, refletidas no movimento da escola para todos.

O objetivo do ensino de didática é equipar o aluno, futuro professor, com instrumentos teóricos que funcionem como recursos a serem mobilizados em situações concretas da atuação pedagógica. O ensino de didática na formação de professores tem por objetivo conscientizar os alunos quanto às concepções e conceitos referentes sãs disciplinas a serem ministradas e ao modo de ensiná-las. O professor deve, portanto, buscar meios de ensino que chamem a atenção ao lúdico e ao que interessa para seu aluno. O mundo da educação inclusiva é cheio de desafios e objetivos, os professores trabalham "brincando "despertando os interesses daqueles que a buscam.

Existem inúmeras formas pedagógicas para se dirigir às ações dos educandos. Crianças de 4 e 5 anos, por exemplo que se encontram na educação infantil, tem visões acentuadas para receber informações e associar a sua fantasia elas aprendem com o imaginário.

Por meio de análise documental e da realização de questionário e entrevistas com as professoras atuantes no campo de pesquisa, o estudo revelou que as principais dificuldades de aprendizagem percebidas por elas são: dificuldades na leitura, escrita, cálculos matemáticos entre outras. E que as causas dessas dificuldades podem estar relacionadas à família, à criança, e à escola. Os resultados mostraram que as professoras percebem as dificuldades de aprendizagem de três maneiras distintas: dificuldade em assimilar o conhecimento, na leitura e escrita e dificuldade de raciocínio. Verificou-se com os estudos realizados nesta pesquisa que é importante a utilização de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam às necessidades dos alunos com a ajuda do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A ESCOLA E O PROFESSOR E AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL E COMO O PROFESSOR DEVE AGIR APOS A SUSPEITA: CUIDAR, ACOLHER E DENUNCIAR

Quando falamos em formação de professores, focalizamos inicialmente a formação do indivíduo que é sempre planejada e direcionada para que sua prática profissional se concretize socialmente. Porém há uma contradição entre o que deve ser realizado durante o processo de assimilação do conteúdo e o que realmente se executa em sala de aula como explica o seguinte autor:

Há um dilema do trabalho educativo, que se equilibra entre a humanização e a alienação que explica no tocante à formação docente isso é letal, pois o produto do trabalho educativo deve ser a humanização dos indivíduos, que, por sua vez, para se efetivar, demanda a mediação da própria humanidade dos professores. (SANDERSON, 2005).

Ao longo do século XX, houve sucessivas reformas econômicas que foram norteando e estruturando os ideais pedagógicos, se arrastando ao longo do tempo e influenciando a prática docente e a formação dos professores (SANDERSON, 2005).

Dentre as renovações sociais surge na área da educação o modelo da neuropsicopedagogia nova. Qual foi a contribuição dessa nova neuropsicopedagogia para a formação dos nossos professores, é um questionamento que sociólogo, portanto, de acordo com Benetti (2005), nos traz no livro ´´Histó-

ria das ideias pedagógicas no Brasil´ ´.

O autor explica que entre 1932 e 1947, a neuropsicopedagogia nova e a neuropsicopedagogia tradicional, se equilibram e se mantiveram na educação do país.

A partir de 1960 a neuropsicopedagogia, se torna predominante. Já no ano seguinte, dá-se início ao seu processo de declínio.

Entre os anos de 1960 e 1970, há um predomínio do modelo de Taylor e Ford, cujo objetivo era a produção em massa e adequação desses novos trabalhadores passa pela educação, com as "teorias do capital humano". Esse novo modelo de educação priorizava a formação técnica adequando o cidadão ao novo modelo de produção.

Já no final do século XX, houve o crescimento da concepção da neuropsicopedagogia produtivista, que entra em choque com as ideias da neuropsicopedagogia tecnicista surgindo desse embate a "visão crítico reprodutivista".

As ideias contra hegemônicas surgem baseadas na concepção de uma "educação popular", bem como a neuropsicopedagogia crítico social e a neuropsicopedagogia histórico-crítica. Todas elas contribuíram para importantes debates no âmbito da educação e deram importante colaboração para os avanços na educação inseridos na Constituição de 1986. (SANDERSON, 2005).

Outras vertentes pedagógicas foram surgindo segundo o autor, porém sempre com um olhar mercantilista sobre a educação, frisando sempre máxima racionalização e otimização dos recursos. Entre elas podemos destacar os mais conhecidos como:

Neoescolanovismo – "aprender a aprender", Desconstrutivismo –

"neuropsicopedagogia das competências" aprendizagem individual, Neotecnicismo -

"qualidade total" escola como empresa.

Portanto, de acordo com Benetti (2005), a formação inicial e continuada de professores visando a inclusão deve ser pensada primeiramente na sua organização e instrumentalização de ensino, bem como a gestão da classe e seus princípios éticos, filosóficos e políticos, que permitiram a esses professores a reflexão e compreensão de seu verdadeiro papel e da escola na formação dessa nova geração que deverá responder às demandas profissionais.

Daí se dá a importância da organização dos tempos e espaços de aprendizagem no agrupamento de alunos e no planejamento das atividades. Pensar na sequência didática adaptada às reais necessidades dos seus alunos e na consolidação da aprendizagem. (SANDERSON, 2005).

A sexualidade precisa deixar de ser aquele monstro, aquela coisa terrível, e se tornar tema de diálogo, uns assuntos conversados dentro da escola de forma natural, sendo assim, os professores continuam querendo controlar as situações em sala de aula, não dando a liberdade para o aluno e exercendo forte autoridade no sentido de que o aluno precisa sempre olhar para ela, sentando em fileiras e com seus materiais pedagógicos sob sua supervisão. Nesse aspecto o espaço é o ponto primordial enfatizado pela autora, pois deve se pensar em espaços preparados para todos os níveis de desenvolvimento e idades apropriadas, que sejam organizados e ativos que documentem e ensinem. Pensar o espaço de forma que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizado e de socialização, e ficando ao professor a responsabilidade de substituir a sua neuropsicopedagogia tradicional pela neuropsicopedagogia pensada na diversidade.

Portanto, de acordo com Benetti (2005), o percurso da inclusão irá ampliar e elaborar as competências e habilidades dos professores, e que as experiências obtidas irão ajudar na sua formação continuada agregando valores e conhecimentos no contexto social, de história de vida e contribuíram para uma prática mais acolhedora. Não se pode exigir que todos os professores possam agir da mesma forma, pois cada um terá uma visão própria das práticas pedagógicas na inclusão. Portanto, os autores concluem que não se pode esperar na formação dos professores o desenvolvimento de ritmos e competências similares e que sua prática pedagógica só será efetivamente inclusiva se o espaço possibilite sua atuação inclusiva e a reflexão do seu próprio trabalho pedagógico.

Seguindo na mesma linha de raciocínio Gonçalves (2005) ressalta que para que a escola e as práticas docentes sejam condizentes com a inclusão devem proporcionar o fortalecimento dos projetos políticos pedagógicos, sala de aula com eixo de aprendizagem para todos, articulação da teoria e prática, trabalho interdisciplinar, reorganização dos tempos e espaços e investimentos na infraestrutura material e pessoal, bem como a revisão do processo de avaliação. A formação continuada do professor deve ser em serviço, pois, a aprendizagem é permanente e o desafio da educação é contínuo. Segundo a autora, são realidades que podem ou não acontecer nas escolas e dependem do nível de comprometimento com a inclusão escolar.

Sanderson, 2005 comenta que, embora saibamos que na educação especial há casos degenerativos muito severos, ainda assim, essas pessoas, mesmo que impossibilitadas no espaço pedagógico e afetivo, por meio de atuação de profissionais interessados e

dedicados, podem receber um acompanhamento educacional reabilitativo em seu próprio lar. São ações inclusivas além dos muros da escola, e as crianças com deficiência são mais vulneráveis a sofrer abuso.

Continuando na sua linha de pensamento, o autor, explica que quando o educador trabalha com a informação da educação inclusiva, sua prática conclui todos os níveis e modalidades de ensino: da educação especial, passando pela educação básica e atingindo a educação de jovens e adultos, alcançando assim a diversidade discente nas diferentes etnias, culturas e classes sociais. O professor deve observar, avaliar e mediar, para que os recursos pedagógicos de que a escola possui sejam apropriados para aqueles que ensinam e para os que recebem o aprendizado, e considerar relevante "encaminhar os alunos que sofreram violência doméstica a outros profissionais: médico pediatra, psicopedagoga, Conselho Tutelar e outros, conforme as necessidades do aluno". (SANDERSON, 2005).

Faleiros e Faleiros (2007), explica que a formação de licenciatura, especificamente no curso de Neuropsicopedagogia, com habilitação em educação especial, e não em uma de suas áreas definidas pelas deficiências e deverá estar relacionada com o atendimento educacional dos alunos com deficiência. Nota-se que os professores tem visões e ações diferentes, mas coesa com o que se espera deles. Ao mesmo tempo pode-se afirmar que a participação dos educadores tem ficado a desejar e acreditamos que isso se deve ao fato de não receberem o apoio e o preparo adequado para enfrentar as situações de abuso.

Seguindo ainda no pensamento da autora, podemos notar a variação de tipos de formações continuadas e ela poderá ser a modalidade para formar os professores para a educação especial. Aos professores capacitados cabe a tarefa de identificar quais são os possíveis discentes com necessidades especiais e desenvolver com eles atividades e ações pedagógicas. (FALEIROS E FALEIROS, 2007),

Percebe-se ainda para a autora, a proposição que o professor atualmente continua ligado com o modelo da educação tradicional que, continua se organizando com base no modelo médico-pedagógico, que acaba se confundindo com o conhecimento da educação especial. Estudos mostram que a grande dificuldade do professor é aceitar a crítica a esse modelo, que está vinculado ao pensamento dominante, não somente na educação especial, mas na educação de modo geral, causando por muitas vezes ao resultado do fracasso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil intrafamiliar é um fenômeno complexo que envolve aspectos psicológicos, sociais, educacionais e jurídicos, com altos índices de incidência, que pode ocasionar sérias alterações cognitivas, comportamentais e emocionais para a vítima. A portaria no. 1968/2001 do Ministério da Saúde torna obrigatória para todo o território nacional, inclusive as instituições de saúde pública e conveniadas ao Sistema Único de Saúde o preenchimento da ficha de notificação compulsória e seu encaminhamento ao Conselho Tutelar. Muitos dos sinais e sintomas relacionados à violência contra crianças e adolescentes são inespecíficos e podem ocorrer também quando a criança ou adolescente não está sofrendo violência. É necessário sempre contextualizar cada situação. A violência é um critério de risco para atendimento prioritário no Centro de Saúde.

O modelo de grupo terapia cognitiva-comportamental descrito reduziu sintomas de depressão, ansiedade e transtorno do estresse pós-traumático, bem como modificou a percepção de diferença em relação aos pares, a culpa pela situação do abuso e pelas modificações na configuração familiar.

Todos os profissionais dos serviços de saúde e de educação devem estar atentos aos sinais sugestivos de violência para que possam suspeitar de que uma criança e ou um adolescente está sendo vítima de violência, ou mesmo identificar um caso de violência contra crianças e adolescentes, as técnicas empregadas na etapa da educação foram importantes para a reestruturação de crenças disfuncionais. Abuso sexual é uma forma de violência difícil de ser identificada e enfrentada, além de ter uma dinâmica complexa, que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais. Compreendesse que há diferentes modos de se conceber a violência sexual intrafamiliar e, conforme essas diferentes concepções, serão produzidas formas distintas de atendimento às vítimas. O atendimento inicial à criança ou ao adolescente vítima de violência é papel da Equipe de Saúde e cabe aos profissionais que trabalharão em conjunto (médico, enfermeiro e assistente social) acolherem as vítimas de violência prestando atendimento imediato sem julgamento moral ou sem acusação e garantir privacidade. A violência sexual intrafamiliar é uma violência que ocorre na família e que se mantém, muitas vezes, pela impunidade dos que a cometem, através do silêncio das vítimas, da família e também dos profissionais envolvidos. Por isso, é de extrema relevância a capacitação permanente dos profissionais, para que se possa desenvolver um trabalho interdisciplinar eficaz, capaz de dar suporte às vítimas deste tipo de violência. A educação e o treino de inoculação do estresse contribuíram para a redução de sintomas de transtorno do estresse pós-traumático, sendo que o jogo sobre a memória e o botão de emer-

gência foi às estratégias que as meninas relataram adotar, quando apresentavam sintomas de vivência do trauma em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BENETTI, S. et al. A violência familiar na perspectiva do desenvolvimento infantil de crianças e adolescente. In: HUTZ: C. S. (Org). Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p.71-100.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Justiça. Disque 100: cem mil denúncias e um retrato da violência sexual infanto-juvenil/ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2011. 10 p.

FALEIROS, E.; FALEIROS, V. Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

GONÇALVES, M. A. et al. Violência na escola, práticas educativas e formação do professor. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.35, n.126, p.635-658, set./dez. 2005.